

# RELATOS DE EXPERIENCIA

## Alfabetização na escola pública

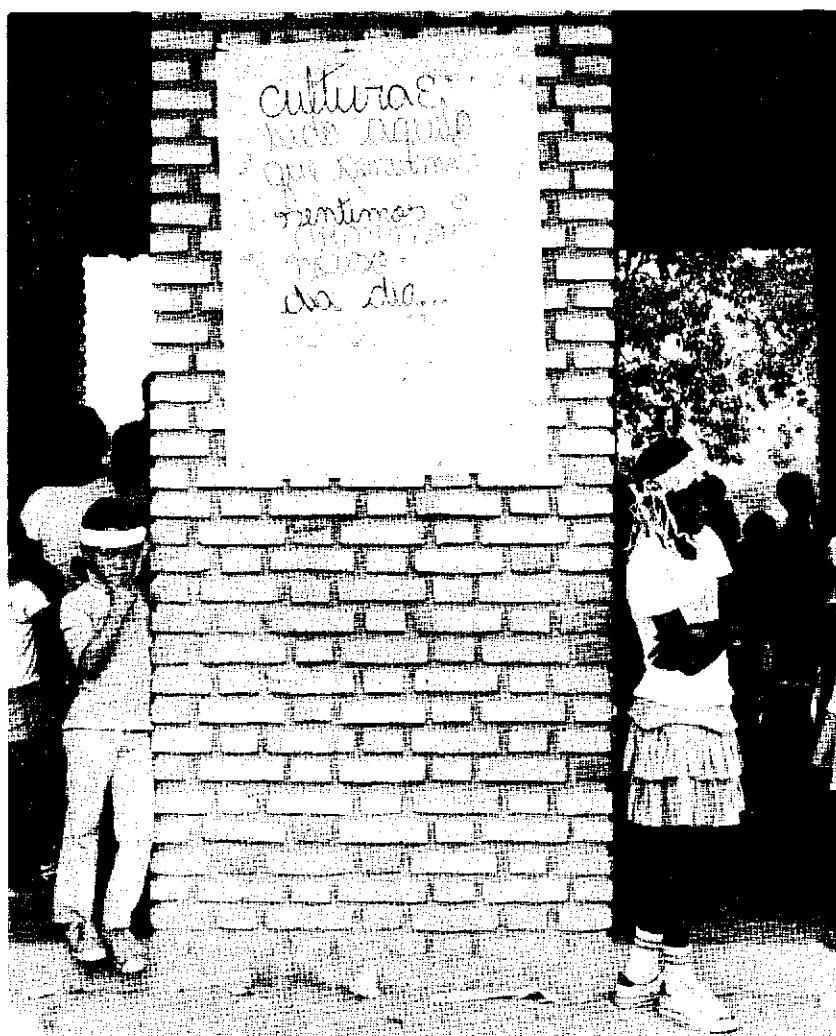
Carlos Henrique de Souza Gerken

*Uma Escola cheia de vida, de sabor e de saber, construída pelas mãos de todos, era e ainda é o nosso sonho. Uma utopia, ou uma realidade possível e desejada por setores significativos de nossa sociedade, que no seu dia-a-dia lutam por mais e melhores escolas para os seus?*

*(Equipe Pedagógica/DEC-PREF. IBIRITÉ)*

Falar sobre uma realidade em movimento da qual participamos ativamente enquanto sujeitos do processo de trabalho é tarefa árdua, na medida em que se torna mais difícil apreender a sua complexidade, as suas contradições e ordenar a nossa apreensão num texto articulado e coerente.

Assumimos os riscos inerentes a essa tarefa por estamos convencidos da necessidade de ampliarmos o nosso espaço de interlocução e crítica, que no dia-a-dia se restringe aos sujeitos que participam do corpo-a-corpo do trabalho cotidiano de ensinar e aprender com as crianças e adolescentes que frequentam as escolas de ensino do município de Ibirité.



Desde o início de 1983, a Prefeitura Municipal de Ibitê, através do Departamento Municipal de Educação e Cultura, tem desenvolvido ações no sentido de construir uma prática pedagógica nas escolas da rede municipal de ensino que corresponda aos interesses e às demandas de escolarização formulados pelos diferentes setores da classe trabalhadora.

Essa proposta de trabalho (1) representa um compromisso com as lutas da classe trabalhadora por mais e melhores escolas, que até o presente momento têm sido assumidas no município, principalmente pelas associações de moradores de bairro e pela Federação das Associações Comunitárias.

Não se trata, pois, de trabalhar na escola para minorar as condições de opressão e as injustiças vividas concretamente por essa categoria de sujeitos, mas de atuar no interior da escola contribuindo para que esses mesmos sujeitos possam aumentar as suas condições de participação no processo de transformação da sociedade, atuando crítica e coletivamente no sentido da superação dos problemas postos pelo seu cotidiano de vida e trabalho.

Por outro lado, não se trata de reeditar a ilusão de que a escola venha a se constituir em espaço privilegiado de formação crítica do trabalhador; ao contrário, essa dimensão está posta pelas formas concretas de encaminhamento das suas lutas em outras instâncias como a associação de moradores, o sindicato e os partidos políticos, etc.

A nosso ver, a especificidade da escola no processo de mudança está em se tornar uma instituição competente na transmissão e construção de saberes-instrumentos, necessários à compreensão dinâmica e crítica da sociedade e à elaboração de propostas conseqüentes para a superação das desigualdades e da dominação que essas desigualdades encerram.

Tendo esse objetivo como horizonte norteador da experiência, procuramos num primeiro momento apreender a realidade do trabalho do professor e as suas referências para o desenvolvimento das atividades em sala de aula.

Constatamos então a necessidade de superar, através das diferentes ações, três características do saber trabalhado nas escolas municipais, quais sejam: a fragmentação, o empo-

brecimento e o caráter misticador da realidade social.

Com esses objetivos centrais, procuramos criar espaços de reflexão coletiva sobre a prática pedagógica, com a participação de todo o corpo docente da instituição.

Centramos os nossos esforços em trabalhar ao lado do professor, por considerarmos que esse sujeito é o agente operacional do sistema escolar, por excelência. Aquele que termina por imprimir concretamente na escola, através de sua ação cotidiana, a sua compreensão da vida da comunidade, do aluno, da forma como o aprendiz se apropria dos conteúdos, além de imprimir também a sua visão sobre a língua materna, a matemática, as ciências físicas, biológicas e sociais.

Ora, o saber do professor não é apenas resultado de um longo processo de inculcação vivido na história de sua formação profissional, é também resultado de um contato íntimo e transformador com a realidade de vida dos alunos e com o cotidiano do processo de Ensino-Aprendizagem. Sendo assim, contém, ele próprio, elementos fundamentais que devem ser explicitados, socializados e problematizados coletivamente, a fim de que a prática desse sujeito possa ganhar em coerência e intencionalidade.

Decidimos, então, elaborar propostas de trabalho que partissem do saber do professor, para transformar a realidade da escola.

Ao longo dessa experiência, o psicólogo procurou atuar simultaneamente ao lado do supervisor de ensino (2), no sentido de dinamizar o trabalho de reflexão. Essa atuação se deu basicamente em três níveis:

#### - PROBLEMATIZAÇÃO DA PRÁTICA

- Neste nível, procurou-se discutir a prática educativa em curso, com o objetivo de explicitar os conceitos e as regularidades inerentes ao trabalho da escola, expressos nas diferentes formas de enfrentamento dos conflitos que emergem na relação professor-aluno, na relação com a comunidade, na relação profissional entre os professores, etc.

- INFORMAÇÃO - Neste campo, procurou-se instrumentalizar o professor, buscando dar suporte ao esforço grupal de descobrir alternativas pedagógicas

capazes de produzir mudanças qualitativas em sua prática de sala de aula.

#### - NÍVEL GRUPAL E INSTITUCIONAL

- Neste campo, procurou-se intervir no sentido de explicitar e compreender a natureza de diferentes conflitos que emergem nas relações de trabalho entre professores, entre professores e coordenadores, professores-técnicos do departamento, escola e comunidade.

Depois de dois anos (1983-1984) de investimentos sistemáticos na problematização da prática pedagógica e na instrumentalização do professor através de diferentes estratégias - encontros semanais de acompanhamento e reflexão da prática pedagógica, encontros bimestrais de planejamento e avaliação crítica do trabalho em desenvolvimento -, o Departamento começou a investir, no ano de 85, na organização de uma proposta pedagógica alternativa, começando pela redefinição do processo de alfabetização.

Tal decisão foi assumida por termos concluído que, no processo de apropriação da linguagem escrita, confluem, de forma brutal, uma série de fatores que terminam por configurar a alfabetização como a mais penosa tarefa da Escola Pública de 1º grau, momento onde a escola não pode esconder o seu evidente fracasso, expresso nas persistentes altas taxas de evasão e repetência.

Como estratégia para enfrentamento desse problema, foi criado, em 1985, um trabalho junto às professoras responsáveis pela regência de todas as turmas de 1ª série da rede municipal de ensino. O objetivo desse trabalho, que é realizado em duas reuniões semanais de duas horas, durante todo o ano letivo, é construir propostas pedagógicas coerentes com a preocupação política de transformação social que o sustenta.

Procuramos, desde o início, reunir num só movimento a reflexão e a crítica, ao lado da construção de novas formas de definir o processo de ensino da língua materna em sala de aula.

As propostas pedagógicas elaboradas em grupo são implementadas em sala de aula e novamente avaliadas e redefinidas a partir da discussão sobre três pontos fundamentais que se articulam mutuamente, quais sejam:

1) Sobre o saber próprio do aluno. Neste campo de reflexão, procuramos o enfrentamento com questões como: - Que conhecimentos relevantes para o processo de alfabetização o aluno que frequenta as nossas escolas traz de sua experiência social? Como se dá a inser-

(1) A proposta foi planejada e desenvolvida sob a direção de Helena Jório de Vasconcelos, Diretora do Departamento de Educação da Prefeitura de Ibitê.

(2) Participaram desse trabalho como Supervisoras de Ensino: Ângela Teixeira Dumont, Vera Suzana de Souza Lima, Adriane de Oliveira e Silva e Mornélia Alves dos Santos, com quem pudemos apreender muito sobre a escola e sobre a vida.

ção concreta desse sujeito social na vida do seu grupo e classe social? Como se caracteriza a sua linguagem? O que já domina do processo de leitura e escrita? Etc.

- 2) Sobre o objeto de conhecimento – a linguagem escrita. Neste segundo campo de saber, procuramos abordar questões pertinentes à organização deste objeto de ensinamento, sua características, suas relações com a linguagem oral e outras linguagens, a relação entre a escrita e a fala dialetal, a importância política do acesso a esse objeto cultural por parte dos alunos e do seu grupo social, etc.
- 3) Sobre o processo de transmissão, assimilação e construção do conhecimento. Neste campo, buscamos discutir as proposições concretas que a professora utiliza para a implementação do processo de ensino, a forma como representa e concebe,

no cotidiano da sala de aula, a participação do aluno no processo de aprendizagem, a natureza e as regularidades práticas de suas intervenções e as articulações com as teorias pedagógicas e psicológicas que as justificam.

Depois de quase dois anos de trabalho, podemos perceber alguns avanços significativos, ao lado da emergência de novos problemas que surgem como fruto da própria experiência de trabalho e reflexão.

O trabalho iniciado em 85 foi continuado em 86 com o mesmo grupo de professoras, o que permitiu ao grupo formar uma visão crítica sobre a natureza complexa da tarefa da ALFABETIZAÇÃO, ao lado do domínio dos conteúdos e da metodologia adequada para desenvolvimento do processo com alunos pertencentes aos setores populares.

Em 84 e 85, a evasão e a repetência escolar tiveram o seu índice reduzido de, em média, 60% para 20% nas primeiras séries, em torno de 25% nas outras séries, em levantamento feito no final do mês de outubro de 85.

Em 86, novo grupo de professoras de 1ª série foi formado com o mesmo objetivo. E as discussões feitas ao longo deste ano ganharam em sistematicidade e em profundidade, o que nos permitiu avançar em relação ao ano anterior, formulando alguns princípios pedagógicos que hoje têm uma expressão concreta no cotidiano da sala de aula.

Os princípios formulados são os seguintes:

- A ação pedagógica deve partir do saber que a criança traz para a escola, o que significa trabalhar arduamente no sentido de compreender e articular, no trabalho de sala de aula,



a linguagem oral do aluno com os processos de leitura e escrita;

- A linguagem escrita deve tornar-se um instrumento concreto de comunicação entre todos os sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem (professores e funcionários, pais e comunidade como um todo), ao lado de outros instrumentos de comunicação igualmente significativos: linguagem oral, linguagem do desenho, linguagem dramática, gestual, etc., de forma a mobilizar a criança para o aprendizado da escrita através da compreensão do seu valor enquanto instrumento de comunicação.
- A palavra geradora deve ser utilizada como elemento mobilizador da experiência de vida dos alunos em sua casa, no bairro, na cidade e na própria escola, em vez de trabalhar a palavra, as frases e textos apenas como suporte de fonemas e grafemas a serem decodificados.
- Estudar a palavra trabalhando com as famílias silábicas que a constituem, em vez de trabalhar somente as famílias silábicas de uma das sílabas que compõem a palavra - esse trabalho deve atentar tanto para os aspectos perceptuais, quanto para os aspectos cognitivos envolvidos na apreensão da natureza da constituição da escrita como objeto simbólico de representação da realidade.
- O processo de ensino não deve priorizar estratégias cognitivas de análise ou de síntese, dos estímulos vi-

suais e auditivos, mas deve caminhar no sentido de ir da palavra para a sílaba, das sílabas para a formação de novas palavras, frases e textos.

O trabalho nessa direção possibilita ao aluno operar, com mais ênfase, com os mecanismos de composição e decomposição dos elementos que constituem a linguagem escrita. Dessa forma, intensifica-se o investimento cognitivo do aluno no seu próprio processo de elaboração de hipóteses sobre a natureza e os usos da linguagem escrita.

Dessa experiência de trabalho, que hoje envolve oito escolas pertencentes à rede municipal de ensino de Ibirité, podemos concluir que muito pode e deve ser feito pelas instituições responsáveis para tornar a Escola Pública um espaço vivo, porque comprometido com a população que justifica a sua existência.

Grande parte do fracasso escolar não pode ser imputado às características dos alunos, nem do seu meio social, mas sim à escola e às suas instituições mantenedoras, por não assumirem com seriedade os graves problemas existentes na escolarização dos setores populares-subalternos de nossa sociedade.

Outra conclusão que podemos retirar de nossa experiência é que os professores, aqueles que estão em contato íntimo com as crianças, têm, apesar de todas as adversidades, condições de avançar em direção à construção de

práticas pedagógicas comprometidas, consistentes do ponto de vista pedagógico e político.

Ao longo dessa experiência de quase quatro anos com as professoras, percebemos que, a cada dia, elas se tornaram mais conscientes do seu ofício, por começarem a dominar, tanto as metodologias e os conteúdos do trabalho, quanto os seus fundamentos teóricos e os seus determinantes políticos.

Dessa forma, deixaram de ocupar o lugar alienado e alienante daqueles que executam propostas elaboradas por outros, para se tornarem sujeitos efetivos do seu processo de trabalho, responsáveis pela transformação de sua prática e da instituição na qual se inserem como trabalhadores. O resultado desse processo é uma atuação profissional que ganha em coerência e em intencionalidade.

Muitos problemas teóricos, metodológicos e institucionais ainda terão que ser resolvidos para que essa proposta de alfabetização em desenvolvimento corresponda aos objetivos pedagógicos e políticos assumidos; resta-nos a esperança de estarmos participando com responsabilidade de um momento importante no destino da Escola Pública deste País e esperamos continuar contribuindo, dentro dos nossos limites, para que essa instituição possa responder com seriedade e compromisso aos interesses e às demandas de escolarização formuladas pelos setores subalternos de nossa sociedade.